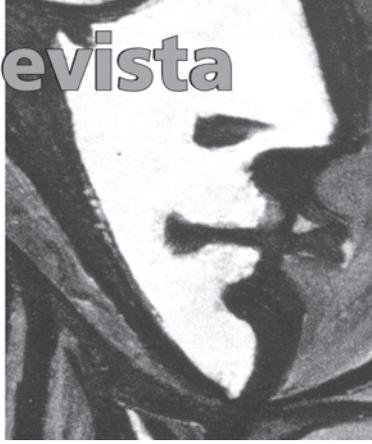


entrevista



O “repórter das políticas de comunicação”: entre a universidade e a sociedade

Qualquer volume de trabalho que pretenda reunir os mais relevantes especialistas na discussão sobre Estado e Comunicação no Brasil exige a presença de Murilo César Ramos, professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC-UnB). Ligado à Universidade de Brasília há mais de 30 anos, Murilo está profundamente vinculado às políticas de comunicação brasileiras. Sua atuação acadêmica ocupa um lugar de destaque, através da criação e coordenação do Laboratório de Políticas de comunicação, que abriga estudiosos vinculados a instituições de natureza diversificada – além de universidades, Ongs, organismos estatais, imprensa especializada, empresas do setor – e, simultaneamente, da coordenação de um dos raros grupos de estudos multidisciplinar dedicado ao tema – o Grupo Interdisciplinar de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações, que abriga professores e estudantes de quatro PPGs. De forma complementar, também atua no setor privado de consultoria na ECCO – Estudos e Consultoria de Comunicações, criada em 1995.

Murilo César Ramos, por fim, é um importante militante dos movimentos sociais vinculados à democratização da comunicação. Por conta destes singulares entrecruzamentos, Murilo é definido por Sérgio Capparelli como um intelectual orgânico, “que pensa e que age, o que o diferencia de muitos acadêmicos”¹. À Revista ECO-PÓS ele falou sobre estes as possibilidades de avanço e das dificuldades desses entrecruzamentos.

Suzy dos Santos

A sua trajetória profissional está marcada pelo equilíbrio entre as atividades acadêmicas mais tradicionais – como o ensino e a pesquisa – e outras atividades de militância, assessoria a órgãos públicos e consultoria privada. Como ocorreu esse equilíbrio?

Se é equilíbrio, não sei; em geral, não foi. Mas, desequilíbrios à parte, o que ocorreu foi muito por circunstâncias. A primeira circunstância, e a mais relevante, foi a de que sempre quis estudar, aprofundar o acesso ao conhecimento sobre jornalismo, sobre comunicação, sem que necessariamente quisesse ser professor e pesquisador. Isto acontece com muita gente.

Quando porém se faz mestrado e doutorado, o destino é a universidade, o ensino e, idealmente, também a pesquisa. Por isso, me fiz professor e, por determinação constitucional, também pesquisador, embora eu não tivesse a vocação da dedicação exclusiva, porque não tinha a vocação do pesquisador exclusivamente acadêmico. Se vocação tinha nesse campo seria o do intelectual público; aquele que, sem necessariamente estar no meio acadêmico, participa dos debates públicos em sentido mais amplo do que o da mera participação profissional. Daí o encontro da militância e da consultoria. Aquela pela vontade da participação republicana; a outra pela necessidade de complementar financeiramente a dedicação universitária parcial.

Como se estruturaram o LaPCom e o GCOM?

Na Faculdade de Comunicação, estruturamos um grupo de pesquisa - herdeiro da tradição da casa no campo das políticas de comunicação; tradição que data dos anos 1970, e da qual foram pioneiros Marco Antonio Rodrigues Dias e José Salomão David Amorim -, ao qual demos o nome, inicialmente, de Laboratório de Políticas de Comunicação e Informação, ou LaPCom. A primeira fase desse grupo compreendeu o período de 1991 a 1995.

A idéia sempre foi a de criar um ambiente, o mais estável e permanente possível, para refletir e atuar sobre as políticas de comunicação e informação no Brasil. O juntar comunicação e informação se deveu à idéia, que não vingou, de aproximar a Faculdade de Comunicação da área de Ciência da Informação. Foi nossa primeira aproximação do que viria a se chamar um dia de convergência. Ana Lúcia Novelli, mestranda em Comunicação; Perci Coelho de Sousa, mestrando em Serviço Social; Marcus Martins, graduando em Relações Internacionais; e as graduandas em Comunicação Aline Aguiar, Ceci do Espírito Santo Saraiva, Fernanda Melazo, Patrícia Mesquita e Thaís Herédia - este foi nosso grupo inicial.

Procurávamos entender o momento político e das políticas por que o país passava naquele momento, e o fizemos, acima de tudo, intervindo na discussão e elaboração do Capítulo da Comunicação da Lei Orgânica do Distrito Federal, e, principalmente, na discussão e elaboração da Lei de TV a Cabo. Em 1994, fiz um ano de pós-doutoramento multidisciplinar na Unicamp, no Departamento de Engenharia Elétrica, com o professor Rege Scarabucci, abrigado também pelo Departamento de Múltiplo do Instituto de Artes. Encerrou-se ali a primeira fase do LaPCom, embora a placa do laboratório jamais tivesse sido retirada da porta da minha sala de professor na UnB. A interrupção deveu-se também ao fato de que associei, já em tempo parcial, meu trabalho na UnB, a uma experiência de consultoria privada, criando a Ecco \ Estudos e Consultoria de Comunicações, que está comigo até hoje.

Em 1999, na UnB, insistindo sempre na tese de que a comunicação, entendida como o ensino, a pesquisa e a extensão do jornalismo, publicidade, e audiovisual, não poderia se esgotar nesses campos, dada a complexidade política, econômica e cultural que assumia por força da evolução das tecnologias digitais, articulei o encontro interdisciplinar de nossa área com a Faculdade de Tecnologia, o Departamento de Economia e a Faculdade de Direito, nascendo daí o Grupo Interdisciplinar de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações (GCOM). Esse Grupo ofereceu o primeiro curso, no país, de formação em regulação de telecomunicações, que vai agora, neste ano de 2008, para a sétima versão: são nossos Cursos de Especialização em Regulação de Telecomunicações, que já formou perto de 200 reguladores, a maioria deles para a Anatel. Fizemos também, no período, dois congressos internacionais; três cursos internacionais, para reguladores de toda a América Latina, da África de língua portuguesa, e do Timor Leste; além de uma dezenas de cursos de extensão; e algo como dez projetos de pesquisa. O GCOM transformou-se ano passado em um Centro, que tenho a honra de dirigir, e que é, reconhecidamente, uma das mais bem sucedidas experiências interdisciplinares da história das UnB. O GCOM, hoje CCOM, articula o Grupo de Estudos de Telecomunicações, da Faculdade de Direito; o Grupo de Pesquisa em Radiodifusão, da Faculdade de Tecnologia; o Centro de Regulação de Mercados, do Departamento de Economia; e, desde 2005, o LaPCom, da Faculdade de Comunicação, retomado com apoio financeiro, não apenas carreado por projetos do CCOM, mas sobretudo por doação continuada da Fundação Ford.

No LaPCom estamos hoje eu, os professores Nélia Del Bianco e Carlos Eduardo Esch; o professor e pesquisador visitante, César Bolaño; os recém doutores, Sayonara Leal e Fernando Paulino; a pesquisadora mestre Lara Haje; e o mestrando Érico da Silveira. Esse grupo deverá sofrer algum rearranjo neste ano, com ingresso inclusive de novos pesquisadores mestrando. A ele se vinculam ainda pesquisadores externos, com ou sem vínculo formal à UnB, como a professora Suzy dos Santos, da UFRJ; o professor Othon Jambeiro, da UUFBA; e profissionais como Marcus Martins; Israel Bayma; Geórgia Moraes; André Barbosa; Regina Luna de Sousa; Cosette Castro; e Samuel Possebon, entre outros e outras. O objetivo agora é, no âmbito da Faculdade de Comunicação, fazer a integração maior do LaPCom à Linha de Pesquisa em Políticas de Comunicação, agregando mais alunos e alunas de doutorado e mestrado às atividades.

Todo esse esforço, sempre coletivo, assinala continuidades e diferenças entre o que fazíamos nas décadas de 1970 e 1980. A principal continuidade diz respeito à inserção nos processos e movimentos pela ampliação dos espaços democráticos nas instituições de comunicação brasileiras. Foi assim, por exemplo, vinte anos atrás,

no processo constituinte; é assim hoje na luta por uma Conferência Nacional de Comunicação. A principal diferença é o acúmulo acadêmico-científico, muito maior hoje. Não só em número de textos - livros, revistas, artigos; mas, sobretudo, no número de pessoas envolvidas no campo. Resultado do crescimento quantitativo e qualitativo dos cursos de graduação e comunicação no país.

A maioria dos grupos de pesquisa em comunicação brasileiros reúne apenas alguns professores e seus orientandos de graduação, mestrado e doutorado. Porque o LaPCom buscou esse caminho singular?

O LaPCom é herdeiro da tradição da UnB no campo do estudo, pesquisa e prática das políticas de comunicação. Ele surgiu no início dos anos 1990, um pouco como reação ao enfraquecimento desse campo das políticas, após a intervenção financeira dos Estados Unidos da América na Unesco, sob Reagan, que sepultou as esperanças construídas pelo processo político e acadêmico que levou ao Informe MacBride. Outro pouco como disposição de, na forma de um ‘laboratório’, se construir um ambiente de estudo, pesquisa e prática que reunisse, da forma mais permanente e continuada possível, pessoas interessadas no campo, sem que todas fossem necessariamente acadêmicas em sentido estrito. Não se pode trabalhar com políticas sem a perspectiva do concreto, da prática, da intervenção. Daí a mistura do professor doutor com o consultor legislativo, da doutoranda com o jornalista do serviço público, do mestrando com o sindicalista, do consultor com o graduando, e assim por diante. Naturalmente isto não é feito o tempo todo, mas esta fórmula está expressa no livro Políticas de Comunicação - buscar teóricas e práticas, que lançamos em 2007, pela Paulus, organizado por mim e pela professora Suzy dos Santos, como efeito-demonstração de que a universidade não precisa, e nem deve, ser, como reza a metáfora gasta, mas sempre atual, uma torre de marfim.

Quais são as principais dificuldades para o avanço da conexão entre militância social e pesquisa científica? Como o senhor analisa essas relações no ambiente brasileiro e internacional?

A primeira, e principal dificuldade, é a comunidade científica aceitar a própria idéia de uma conexão entre ‘militância social e pesquisa científica’. O que, para ser justo, não é uma conexão fácil. Anos atrás, em um encontro casual, ouvi de um colega da UnB, da área de biologia molecular, uma das mais fortes áreas científicas que temos aqui, que ele e sua equipe só conseguiram chegar ao que chamou de ‘fronteira do conhecimento’ na área quando foram chamados a atender alguma demanda social concreta. Ele se referia a um trabalho de pesquisa que levará à produção de insulina sintética, se não me falha a memória. O regime capitalista construiu uma ideologia singular de autonomia universitária, principalmente aqui pelas bandas do sul: há que ser autônomo em relação

aos pobres, e este é o grande dilema das ciências sociais aplicadas, mas pode-se relativizar a autonomia quando a relação se dá com os ricos, no terreno da pesquisa tecnológica, para fins industriais. Cientistas gostam de se dizer apolíticos, o que se constitui, na prática, em uma cruel ideologia política.

E no caso dos organismos estatais?

Atenua-se aqui, um pouco, o controle. Mas, quando nos lembramos de que o Estado estado-unidense financia sofisticadíssimas pesquisas sociais e tecnológicas voltadas ao aparelhamento de poderosas máquinas bélicas, constatamos que não existe Estado neutro em relação aos conflitos sociais, entre classes. Nem lá, ao norte, nem aqui, no sul. Logo, reforçando o ponto final da minha resposta anterior, precisamos praticar constantemente a política na construção de políticas acadêmico-científicas mais democráticas.

As fundações se tornaram um mecanismo importante nas parcerias entre universidades e outras instituições para driblar o engessamento da universidade na estrutura estatal. Em que medida esse modelo pode ser incrementado sem o prejuízo da transparência e do uso responsável das verbas envolvidas?

A crise institucional, política e de gestão, por que passa a UnB hoje é a demonstração mais cabal de que o modelo das fundações como elementos essenciais do financiamento da universidade é um fracasso. As fundações se tornaram inevitáveis porque jamais foi possível, seja por que razões isto aconteceu, se implementar de fato a autonomia universitária, para além da autonomia didático-científica. O modelo tem que mudar, e espero que o exemplo da UnB, que pode ser encontrado em praticamente todas as universidades federais, apresse essa mudança, na direção de uma autonomia efetiva, administrativa e financeira.

Um pouco de futurismo: quais são as perspectivas para o estudo das - e para as - políticas de comunicação nos próximos anos?

São perspectivas extremamente interessantes, como já aconteceu há quase vinte anos, dada a complexidade e a velocidade das transformações técnicas. Somos uma área privilegiada nesse particular, desde que não nos prendamos demais ao fascínio da plasticidade das tecnologias digitais de informação e comunicação, e saibamos olhar para além dela, para suas implicações sociais, políticas e culturais.

NOTA

1 In: COUTINHO, I. Murilo César Ramos. MELO; J. M.; DUARTE, J. *Os grupos do Centro-Oeste*. Brasília: Intercom/Uniceub, 2001. p. 223.